


LARA VILÀ (ed.)

ESTUDIOS SOBRE LA TRADICIÓN ÉPICA OCCIDENTAL
(EDAD MEDIA Y RENACIMIENTO)



SEMINARIO DE POÉTICA DEL RENACIMIENTO
UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA
UNIVERSIDAD CARLOS III DE MADRID
EDITORIAL CARONTE
MADRID - BELLATERRA
MMXI

Além de Camões: épica portuguesa não camoniana em textos de Cervantes

Hélio J. S. Alves (Universidade de Évora)

Vários estudos têm sido dedicados ao aparecimento de traduções, imitações e encómios durante a primeira época da recepção ibérica de Camões, época esta que se estende, *grosso modo*, da publicação de *Os Lusíadas* em 1572 até à impressão do comentário de Manuel de Faria e Sousa em 1639 e da aclamação dum novo “rei natural” em Lisboa no ano seguinte. Dois acontecimentos quase coincidentes, a edição monumental de Faria e Sousa, em 1639, e a sublevação conhecida em Portugal como Restauração da Independência, em 1640, aparentam ter provocado uma mudança decisiva no processo de recepção de Camões.¹

No Portugal dos Braganças nascido em 1640 radica a dominância e estabilização dum etnocentrismo português que mascara as divisões internas à “nação” e constitui esta como uma, eleita e predestinada. Se Camões se tornou o poeta por excelência desta representação ideológica de Portugal, isso aconteceu certamente porque a imagem do poeta, e sobretudo *Os Lusíadas*, serviam, melhor do que qualquer alternativa viável, tal representação. A imagem do país para o exterior ficou fortemente condicionada por efeitos de unanimidade criados pela Restauração, transformando a imagem duma sociedade, caracterizada pela formação de clientelas muitas vezes rivais ou, pelo menos, claramente divergentes em origens e propósitos, numa só nação unida em torno do seu rei, duma política centralizada e duma simbologia uniforme. Tudo o que pudesse indiciar diversidade ou diferença passou a ser interpretado como fractura na unanimidade nacional, sinal de fraqueza no corpo político e, portanto, passou a ser condenado, punido e, se possível, eliminado.

Ao mesmo tempo, o secessionismo autonomista português, com a guerra que se lhe seguiu, engendrou uma fronteira entre Portugal e Espanha que bloqueou a fluidez de transacções que caracterizava a relação entre os dois reinos até então. A orientação nacionalista dada aos estudos literários manifesta quão difícil é, ainda hoje, diluir essa fronteira e essa unanimidade artificial e lesiva duma percepção justa das realidades culturais. Não surpreende, por isso, que o estudo da recepção espanhola de Camões tenha tido a sorte de várias pesquisas de substância, em detrimento de outros contactos menos atractivos aos nacionalismos, como aqueles que envolvem a diglossia, o políglotismo, as trocas culturais e literárias.

¹ A coincidência é ainda maior porque, na verdade, o comentário de Faria e Sousa é completado por uma *Información en favor de Manuel de Faria e Sousa*, impressa em finais de 1640, em resposta a acusações de impiedade que foram dirigidas ao Tribunal da Inquisição de Lisboa (ed. facsimil. de 1972, vol. II, no cabo).